



EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO RURAL INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO NA ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE

ANDRIONI, Ivonei¹

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar como uma escola do campo, no caso a Escola Estadual Cafenorte, na modalidade de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, organiza o Projeto Político Pedagógico e o Projeto Educação Profissional em Administração Rural Integrada ao Ensino Médio; como a concepção de gestão, currículo e avaliação se manifestam no Projeto Político Pedagógico, no Projeto Sala de Educador e no Projeto do Curso Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio em Administração Rural; como os princípios da Educação do Campo, os princípios da escola unitária e da formação omnilateral e politécnica estão presentes no cotidiano da Escola. É um estudo de caso, de abordagem qualitativa, na perspectiva histórica crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo - Ensino Médio Integrado - Escola Unitária - Formação Omnilateral.

ABSTRACT

This project aims to present how a field school, in case the Cafenorte State School, in the modality of Integrated Professional Education in High School, arranges the Pedagogical Political Project and the Professional Education Project in Rural Administration Integrated in High School; with the management conception, curriculum and evaluation are manifested in the Pedagogical Political Project, in the Educator's Room Project and in the Professional Education Project in Rural Administration Integrated in High School; as the principles of the Field Education, the principles of the unitarian school and the integral and polytechnic formation are present in the school routine. Is a case study, of quality approach, in the historical and critical perspective.

KEYWORDS: Field Education - Integrated High School - Unitarian School - Integrated Formation.

¹ Mestre em Educação (PPGE/UNEMAT). Professor Formador da Área de Ciências Humanas do Centro de Formação dos Profissionais da Educação de Mato Grosso (CEFAPRO) – Polo do município de Sinop. Email: ivoneiandrioni@yahoo.com.br



INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa de Dissertação realizada como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Educação. A pesquisa com o tema Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no/do Campo em Mato Grosso: Limites e Possibilidades teve como empiria uma Escola do Campo, no interior do Estado de Mato Grosso. Os sujeitos envolvidos na pesquisa são/foram os gestores, professores, alunos, pais que estão envolvidos/fazem parte da construção e efetivação da proposta Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio em Administração Rural.

A partir das Orientações Curriculares da Educação Básica (2010), as escolas da rede pública estadual podem optar em oferecer Ensino Médio regular e/ou Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio. O referido documento (2010) afirma que "um dos aspectos relevantes é superar a concepção dualista, taylorista/fordista, ainda presente na maioria das escolas da rede" (MATO GROSSO, 2010, p. 25).

A perspectiva metodológica utilizada foi a crítico-dialética ou materialista histórico dialética, por entendemos que o mundo histórico, da ciência, da técnica, da organização social, política e econômica é dinâmico, sujeito às transformações e críticas, não é pronto e acabado. Assim como o mundo histórico, o mundo natural também está sujeito à interferência humana e, é dinâmico, é um constante vir a ser.

Para Frigotto (2012, p. 270), é a partir do materialismo histórico dialético que a educação ganha caráter de cientificidade, possibilita a partir da situação atual, por meio da investigação científica, superar "as formas fragmentárias, funcionalistas, pragmáticas e utilitaristas da ciência burguesa, a qual separa os objetos do conhecimento das mediações e conexões que os constituem", ciência essa que

revela as catástrofes sociais, econômicas, naturais, mas não revela, não consegue explicar a origem/causa da controversa situação de fome, desemprego, desigualdade e injustiça social.

A ESCOLA CAFENORTE

A Escola Estadual Cafenorte vive/vive a histórica realidade de contradições presentes nas escolas rurais brasileiras. Um misto de esperança e decepções, porém, sempre acreditando no potencial da escola como mediadora, como base para melhorar as condições de vida e trabalho, como espaço de construção e efetivação de justiça social, rumo à construção de outra sociedade que supere a exploração do homem pelo homem.

Machado (2015) afirma que o ensino regular na zona rural brasileira nunca foi preocupação da elite agrária. Segundo a autora, "certo impulso nesta área ocorreu com o advento da monocultura cafeeira aliada ao fim da escravidão, que passou a mostrar necessidade de um tipo de trabalhador mais especializado, correspondendo à qualificação pretendida pelos grandes proprietários" (MACHADO, 2015, p. 192).

Segundo a gestora da Escola a história da Cafenorte não é diferente do que acontece com a maioria dos projetos das escolas do campo. Ou seja, a partir do ano de 1980, um grupo de pais se reúne e o que era uma clareira no meio da mata, entroncamento de várias picadas, aos poucos foi ganhando corpo, culminando com a construção de duas salas que além de escola servia para atender demandas da comunidade. O espaço servia como escola e, também, para reuniões e eventos da comunidade, tais como reza do terço, novenas natalinas, encerramento dos grupos de reflexão, missas, bem como para a realização de festividades comemorativas do dia das mães, dia dos pais, festas juninas, casamentos. O objetivo era construir um espaço para



[...] acolher os filhos das famílias que chegavam de vários lugares do Brasil, que com o passar dos anos percebeu a necessidade de ampliar o espaço para os futuros filhos e netos da comunidade. Uma profissional que se destaca para que essa unidade sempre sobrevivesse foi a Professora e atual Diretora "Dirce da Escola Cafenorte". Particularmente ela nunca mediu esforços para a melhoria dos cursos e das instalações da escola (GESTORA II).

A Gestora (III) afirma que no início tudo era muito difícil, desde a infraestrutura, passando pela falta de material de apoio pedagógico e culminando com a insuficiência de profissionais com formação para atender as diferentes áreas do conhecimento. Ou seja, a Escola Estadual Cafenorte não é diferente do que afirma Machado (2015, p. 193): "a educação no campo enfrenta problemas de diversas ordens: infraestrutura inadequada, educadores pouco qualificados, baixos salários, alto índice de crianças em atraso escolar, material didático insuficiente e inadequado e poucos recursos financeiros".

A partir do Projeto Político Pedagógico (2014a) constata-se que a Escola Estadual Cafenorte adotou como filosofia "desenvolver processos de mediação na formação de cidadãos com capacidade de pensar e agir mediante a elaboração de conhecimentos científicos eruditos universais". Tem como objetivo a "formação de um aluno crítico, autônomo e participativo", bem como "fortalecer a escola como espaço público, lugar de debates, do diálogo fundado na reflexão coletiva, buscando a cooperação dos líderes comunitários no trabalho educativo" (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2014a, p. 08 e 33).

Mesmo sendo um prédio em "estado de novo", ter passado por reformas recentemente, os climatizadores (dezeses) continuam em um depósito no interi-

or da escola, aguardando reforma na rede elétrica, pois, a rede que fornece energia para a escola não dispõe de carga suficiente para alimentar os aparelhos.

A escola possui água encanada nos banheiros, cozinha, horta e com torneiras disponíveis no pátio para uso comum. A mesma fonte que fornece água para as demais dependências (poço semi-artesiano), também fornece água para que a comunidade escolar possa saciar a sede.

Percebe-se um comprometimento da equipe gestora, dos técnicos e dos professores com a organização do espaço e a receptividade/acolhida aos alunos e familiares. O que é do alcance da comunidade escolar está bem cuidado e organizado, porém, existe uma demanda em aberto que é a falta de material didático e de pesquisa, falta de laboratórios para que os professores e alunos possam desenvolver os experimentos e as pesquisas específicas do ensino médio técnico.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Para a Escola Estadual Cafenorte o Projeto Político Pedagógico é o documento referência que expressa o dia a dia da escola: filosofia, objetivos, caracterização da comunidade, metodologia de trabalho, concepção de homem e de mundo, bem como, as perspectivas dos pais, alunos e dos profissionais da educação para com a escola e seu entorno.

Percebe-se que o Projeto Político Pedagógico é o documento referência, construído com a participação de toda a comunidade escolar e seu entorno. O objetivo é dar vida ao planejamento, superar o tecnicismo que burocratiza a escola e a distancia das perspectivas dinâmicas e dialética da comunidade escolar. Ou seja, a Proposta Político-Pedagógica da escola

[...] não é tema acabado, nem assume forma definitiva, pois é de sua natureza intrínseca, não escapar à historicidade, à contingência

de um mundo em constante transformação. A permanente revisão é parte integrante do processo, permitindo assim, a inclusão de novas ideias e soluções, num dinamismo constante, para que a Instituição atinja seus objetivos na construção do saber integral (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2014a, p. 26).

Para as gestoras da Escola a construção e atualização do Projeto Político Pedagógico ocorrem da seguinte forma,

Primeiro faz-se a leitura o Projeto Político Pedagógico com a comunidade escolar. Faz-se a reivindicação dos pontos que estão fora do ano letivo para poder fazer a integração da teoria com a prática usando a ementa do curso (GESTORA I);

Através de grupos de estudos onde toda a comunidade escolar participa de todo o processo (GESTORA II);

Através de reuniões com os segmentos da comunidade escolar. Faz-se levantamento das prioridades e em seguida elege um grupo para reconstruir contemplando todas as ações necessárias no Projeto Político pedagógico e no projeto do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (GESTORA III).

A partir da publicação das Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso (2010), o que se pretende é a implantação de uma proposta pedagógica capaz de superar “as barreiras entre o pensar e o fazer, na superação de uma prática educacional destinada a reforçar a lógica de formação de duas espécies de homem, aquele que deve ser formado para o trabalho manual e o outro que pensa e para o qual se destina o trabalho intelectual” (MATO GROSSO, 2010, p.8).

DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA

O processo de democratização das escolas da rede pública estadual no Estado de Mato Grosso teve significativa mudança a partir da publicação da Lei nº 7.040² de 1998. Lei essa que estabelece, no Art. 1º, que são preceitos da Gestão Democrática do Ensino Público Estadual, entre outros, a

[...] co-responsabilidade entre Poder público e sociedade na gestão da escola e; a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola, mediante organização e funcionamento dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar, do rigor na aplicação dos critérios democráticos para escolha do diretor da escola e da transferência automática e sistemática de recursos às unidades escolares (MATO GROSSO, 2002).

São instâncias que participam como representantes dos segmentos da Escola Cafenorte: a direção e coordenação da escola que são eleitos pela comunidade escolar; o Conselho Consultivo e Deliberativo da Comunidade Escolar e o Conselho Fiscal que são eleitos pelos pares; o Conselho de Professores, formado pelos professores de cada modalidade de ensino. Instâncias representativas que trabalham coletivamente sugerindo, planejando, executando e avaliando as mais diversas ações que a escola promove. Entre as quais citamos: festivais; trocas de encontros com escolas da região; gincanas; jogos interclasses; reuniões com a comunidade;

² “A Lei de nº 7.040, de 1º de Outubro de 1998, regulamenta os dispositivos do Art. 14 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como inciso VI do Art. 206 da Constituição Federal, que estabelecem Gestão Democrática do Ensino Público Estadual, adotando o sistema eletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino e a criação dos Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar nas Unidades de Ensino” (MATO GROSSO, 2002, p. 121).



visitas às instituições; construção, avaliação e reconstrução do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Interno; conselho de classe e planejamento semestral e/ou anual por área de conhecimento.

ATIVIDADES COLETIVAS NA ESCOLA

Freitas (1994), afirma que o capital pensou a organização da escola de maneira que "inibe a participação de alunos e professores no processo de gestão". Para o autor, a escola é um dos instrumentos para manter a segmentação, hierarquização e formação desigual, não estimula a "participação crítica na formulação do projeto político pedagógico", bem como ignora a "valorização do coletivo de alunos e professores como instância decisória" na gestão da escola (FREITAS, 1993, p. 108).

Para a Escola Estadual Cafenorte as atividades coletivas são coordenadas pela gestão. Ou seja, "a Gestão Escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão conjunta no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, envolvendo a participação de toda comunidade escolar" (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2014a, p. 80).

No ano de 2014 a Escola Cafenorte estava desenvolvendo, sob a coordenação dos professores e em parceria com os alunos e moradores do entorno os seguintes projetos:

a) Projeto Horta Escolar, que tem como objetivos reforçar a merenda escolar e resgatar a cultura da horta doméstica. É um projeto desenvolvido de forma interdisciplinar e tem como objetivo "contribuir com a formação integral das crianças e adolescentes" (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2014b, p. 2);

b) Projeto "Pneu em Ação". É um projeto desenvolvido interdisciplinarmente e objetiva conscientizar de que é necessário que

exista relação harmoniosa entre os seres humanos e o meio natural. O projeto se justifica pela "necessidade de criarmos na escola um espaço harmonioso, bonito e que inclua crianças e adolescentes na educação ambiental estimulando o interesse pela natureza, sensibilizando e conscientizando as crianças de que a vida depende do meio ambiente" (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2014c, p.1);

c) Projeto Revitalização de Nascente: Cílio D'água. O projeto foi criado com o objetivo de

Orientar os estudantes e o proprietário sobre a importância da preservação das nascentes e matas ciliares, criando uma consciência ecológica para que possamos assegurar o futuro das próximas gerações com o direito de usufruir de água potável e de qualidade em abundância para as futuras gerações (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2014d, p. 1).

d) Projeto Sala de Educador, onde participam gestores, professores e técnicos. É um projeto de formação continuada desenvolvido pela Escola, vinculado à Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso e com acompanhamento do Centro de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação, polo do município de Sinop. O objetivo é promover estudos, formações, construções sobre temas que contribuem para a compreensão e desenvolvimentos das ações que envolvem a comunidade escolar.

AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDANTES

Organizar-se na perspectiva de ciclos de formação humana significa afirmar que a proposta político-pedagógica da escola, bem como toda sua organização deve partir do princípio da cooperação, da construção coletiva, da democratização onde é oportunizado aos gestores, pais,



profissionais da educação e alunos o direito de manifestar-se. Ou seja,

[...] não basta que os ciclos se contraponham à seriação, alterando tempo e espaços. É fundamental alterar também o poder inserido nesses tempos e espaços, formando para a autonomia, favorecendo a auto-organização dos estudantes. Isso significa criar coletivos escolares nos quais os estudantes tenham identidade, voz e voto. Significa fazer da escola um tempo de vida, e não de preparação para a vida. Significa permitir que os estudantes construam a vida escolar (FREITAS, 2003, p. 60).

Freitas (1994), afirma que não podemos confundir a auto-organização apenas com o "cuidar da horta, ter um grêmio, cuidar da limpeza da sala de aula e da escola. Estas tarefas poderão estar incluídas, mas haverá, sempre, que se ter claro a função educativa da atividade". Ou seja, a "auto-organização dos alunos visa permitir que participem da condução da sala, da escola e da sociedade vivenciando, desde o interior da escola, formas democráticas de trabalho que marcarão profundamente sua formação" (FREITAS, 1994, p. 108-109).

Os alunos elegem seus representantes para fazer parte do Conselho Consultivo e Deliberativo da Comunidade Escolar. Porém, afirmam que não se lembram de ter ocorrido reuniões convocadas e organizadas pelo segmento alunos, para tratar de assuntos específicos dos alunos.

Segundo os alunos, não existe Grêmio Estudantil na Escola; não estão filiados em Partido Político; não fazem parte de nenhum movimento social; não participam de Grupo de Jovens, e que não é prioridade da escola o trabalho de politização dos alunos (CADERNO DE CAMPO, 2014).

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

No Estado de Mato Grosso, segundo as Orientações Curriculares (2010), a proposta de formação continuada dos profissionais de educação é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação, que "num diálogo franco e direto com o Ministério de Educação e Cultura (MEC)", construiu juntamente com os municípios do Estado e em parceria com "as universidades públicas, Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP), Conselho Estadual de Educação (CEE), Centro de Educação Federal Técnica (CEFETs/INFETs), entre outras entidades, plano de formação de professores" (MATO GROSSO, 2010, p. 9).

Machado (2015), afirma que a proposta de formação continuada

[...] é fundamental para a implantação de um currículo dessa natureza, e para a efetivação da proposta de educação do campo determinada pelos Movimentos Sociais e entidades apoiadoras. Evidencia-se, neste sentido, a imperiosa necessidade de definição de um conjunto de medidas nos aspectos físico-estrutural, humano e didático que são determinantes para tanto. Não é suficiente construir o prédio escolar, se nas salas faltam equipamentos e materiais didáticos, se os alunos não têm como se deslocar de suas casas para a escola, se as famílias de trabalhadores sofrem com a péssima infraestrutura dos assentamentos, e se a educadora não sabe muito bem o que dizer e o que fazer com sua turma de alunos, pois falta qualificação e instrumentos teórico-práticos indispensáveis para entender a complexidade do trabalho pedagógico (MACHADO, 2015, p. 199).



Todo início de ano a Escola elabora o Projeto Sala de Educador, com temas eleitos pelos profissionais interessados na formação continuada. Os temas escolhidos, segundo a gestão da escola, geralmente, relacionados com as demandas atuais de interesse dos profissionais e, também, de interesse dos alunos. Ou seja, geralmente são abordados temas como: Ciclos de Formação Humana; Currículo e Formação Humana; Avaliação da aprendizagem na perspectiva da Escola Organizada por Ciclo de Formação Humana.

Para a Escola Estadual Cafenorte (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2009, p. 25), "a formação continuada se faz necessária para capacitar os professores a atuarem de forma integrada, articulando os conteúdos da Base Nacional Comum com os da Formação Específica, envolvendo todos os professores que atuam no curso".

CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

Segundo as Orientações Curriculares (2010), a organização do currículo para a modalidade de ensino médio integrado "implica em tomar a prática social e os processos de trabalho como ponto de partida para a construção do currículo, organizado pela lógica interdisciplinar, envolvendo vários professores e por vezes constituindo-se em projetos" (MATO GROSSO, 2010, p. 80).

Para Machado (2010, p. 215), "o currículo é o instrumento político e técnico que norteia as ações pedagógicas da escola, constituindo-se um dos principais elementos da proposta pedagógica da escola".

Para Pistrak (2000), o currículo deve ser construído a partir da realidade atual a qual denomina de complexo. Para o autor o complexo é que determina o currículo e as disciplinas que darão sustentação a efetivação da proposta pedagógica da escola. Pois, é a partir da proposta da escola, construída com a participação de

toda a comunidade escolar e seu entorno, que se define o currículo e consequentemente as disciplinas. E "os objetivos relativos a cada disciplina escolar estão subordinados aos objetivos gerais da escola. E são estes objetivos gerais que determinarão a escolha desta ou daquela distribuição de disciplinas pelos cursos" (PISTAK, 2000, p. 145).

Conforme o Parecer nº 11/2012 do CNE/CEB, a proposta curricular da Educação Técnica Profissional de Nível Médio deve ser construída a partir dos eixos que orientam para o "trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico". Ou seja, "o princípio educativo do trabalho, e o princípio pedagógico da pesquisa, devem estar presentes em toda a Educação Básica e, de modo especial na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em todas suas formas de oferta e organização" (BRASIL, 2012, p. 31).

Conforme o plano de curso da Educação Profissional em Administração Rural Integrada ao Ensino Médio da Escola Estadual Cafenorte (2009),

A seleção de conteúdos no currículo no integrado exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da tecnologia, mediante tratamento metodológico que possibilite: problematizar os fenômenos: explicitar teorias e conceitos fundamentais para a compreensão do objeto estudado; situar os conceitos como conhecimentos de formação gerais e específicas, tendo como referência a sua base científica e sua apropriação tecnológica, social e cultural; organizando os componentes curriculares e as práticas pedagógicas a partir das suas múltiplas relações (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2009, p. 23).



Conforme afirmações observadas no Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cafenorte (2014), existe preocupação com a questão legal oficial como referência para a construção do currículo. A proposta curricular é elaborada a partir da ementa sugerida pelo Ministério da Educação e pela Secretaria de Estado de Educação, bem como "com base nos critérios definidos nos termos da Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e na Indicação CEE nº 77/ 2008" (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2014a, p. 60).

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

Freitas (2009), afirma que "um dos equívocos dos materiais didáticos é situar a avaliação como uma atividade formal que ocorre no final do processo ensino-aprendizagem". Para o autor, a concepção de avaliação presente nos materiais didáticos subentende que a organização da proposta pedagógica da escola ocorre de forma linear, que "o planejamento didático é uma sucessão de etapas que começa com a definição dos objetivos do ensino, passa pela definição dos conteúdos e dos métodos, pela execução do planejamento e finalmente pela avaliação do estudante" (FREITAS, 2009, p. 14).

Segundo o autor no processo de construção escolar a avaliação deve estar

[...] justaposta aos próprios objetivos, formando um par dialético com eles. São os objetivos que dão base para a construção da avaliação. Os conteúdos e o nível de domínio destes, projetados pelos objetivos, permitem extrair as situações que possibilitarão ao aluno demonstrar seu desenvolvimento em uma situação de avaliação (FREITAS, 2009, p. 15).

Segundo consta no Plano de Curso da Educação Profissional Integrada ao

Ensino Médio, na Escola Estadual Cafenorte a

[...] verificação da aprendizagem escolar será realizada de forma diversificada através de provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas e estágios no perímetro da escola e outros a fim de atender às diversidades de aprendizagem dos alunos e de oportunizar uma avaliação adequada aos diferentes objetivos de cada disciplina. [...] A recuperação de estudos será realizada de forma contínua, concomitante ao desenvolvimento dos componentes curriculares, para os alunos que apresentarem deficiência de aprendizagem, utilizando-se estratégias adequadas de acordo com as características de cada disciplina. (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2009, p. 24).

A ESCOLA E O PROJETO DE SOCIEDADE

Pelo registro que consta no Projeto Sala do Educador da Escola Cafenorte (2014e) "Os pais trabalham em atividades diversas como: diaristas, empregadas domésticas, boias-frias, funcionários públicos e pequenos comerciantes". São famílias que residem, em sua grande maioria, em casas de madeira, com ensino fundamental incompleto, dependem da agricultura e da pecuária para sobreviver e no momento (2014) muitos estão à procura de emprego (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2014e, s. p).

Ou seja, os familiares dos alunos da Escola Cafenorte

[...] são trabalhadores ou agricultores da bacia leiteira, seguindo-se de um pequeno número de funcionários públicos e autônomos; onde a média de salário varia de um a três salários mínimos. A maior parte dos pais não possui o ensino fundamental completo. A maioria das mães exerce a atividade no lar, ajudando nos afazeres do campo, e a renda



familiar varia de uma a duas pessoas que contribuem (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2014a, p. 11).

A comunidade Café Norte afirma no Projeto Político Pedagógico (2014a) a necessidade de construir um projeto de sociedade a partir de valores como igualdade, justiça, harmonia. Bem como destaca a necessidade de outra escola, diferente da do passado,

[...] uma nova escola para este novo tempo, uma escola realmente comprometida com a socialização do saber elaborado, com a real melhoria da qualidade de ensino e, portanto, com a aprendizagem sólida e duradoura do aluno bem como a permanência do mesmo na escola. Uma escola preocupada com a formação do homem atual em relação a sua época e comprometida com a construção de uma sociedade igualitária, sabendo que não podemos pensar e conceber "sociedade igualitária", onde as pessoas não desfrutam de emprego, moradia, aprendizagem e lazer (ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE, 2014a, p. 64)

A partir dos registros que constam no Projeto Político Pedagógico da Escola Cafenorte (2014a), no Projeto Sala de Educador e nas falas dos gestores, professores e técnicos, percebe-se a preocupação em fazer com que a Escola mantenha proximidade com o projeto da comunidade e proporcione formação ao aluno para que tenha condições de fazer opções ao concluir o ensino médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que alcançamos na análise acima, sem ter a pretensão de esgotar a discussão, algumas considerações podem ser feitas. Primeiramente ter a clareza de que, no Brasil, existem dois projetos de educa-

ção: um destinado aos que vivem do trabalho, com terminalidade prevista com a conclusão do ensino médio e outro, apenas para os que vivem da exploração do trabalho de outros seres humanos, com objetivo de formação científica e para prosseguir nos estudos.

No Campo, não foi diferente, o mesmo teve seu projeto de educação postergado. E, quando lembrado, era na condição de formar mão de obra qualificada para atender os avanços tecnológicos do capital e/ou para impedir o êxodo rural e, conseqüentemente a grande aglomeração de desempregados, despossuídos, vivendo à margem dos centros urbanos e do acesso à moradia, educação, saúde e segurança. A preocupação era com a segurança da burguesia e não com a situação de precariedade a que a grande maioria dos migrantes estava submetida.

Com a redemocratização do Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, abre-se a possibilidade de legislação complementar nos Estados da Federação, com o objetivo de criar e organizar a gestão das escolas, a partir dos princípios democráticos, bem como organizar a proposta política pedagógica a partir dos ciclos de formação humana; o currículo de forma a integrar conhecimentos da base comum com os da base específica; a avaliação de maneira a superar a velha concepção de classificação e exclusão.

Arroyo, Caldart e Molina (2011) afirmam que a Educação do Campo se diferencia por objetivar ir além da escola. Ou seja, o projeto protagonizado pelos educadores comprometidos com a Educação do Campo, além de comprometer-se com o processo de formação humana, objetiva formar para a cidadania, proporcionar base para que o aluno tenha capacidade para intervir na realidade atual e construir uma sociedade mais justa e humanamente mais plena.



Os grandes protagonistas do projeto de Educação do Campo são os movimentos sociais do campo que unidos aos movimentos sociais urbanos, pressionaram os órgãos responsáveis pela elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao afirmar que a educação é direito de todos e objetiva o pleno desenvolvimento da personalidade humana, bem como seu preparo para a cidadania, para o trabalho e para efetivar as transformações que se fazem necessárias, entre as quais a Reforma Agrária, a redistribuição da renda e a ressignificação dos poderes institucionalizados.

Os movimentos sociais do campo, bem como os educadores comprometidos com outro projeto de educação escolar para contrapor o projeto protagonizado pelo capital, identificam uma série de ausências e limitações que pressionam o homem do campo a buscar melhores condições de vida e trabalho na cidade.

Entre as limitações destacam-se a precária estrutura física a que estão submetidas a maioria das escolas do campo, bem como a política de fechamento das escolas, protagonizada por instituições públicas que deveriam construir escolas e proporcionar condições de funcionamento. Já que a escola, para o trabalhador do campo, é uma importante referência, pois é na escola que ocorrem as reuniões do sindicato, da cooperativa, da associação de produtores e criadores, das pastorais, as novenas, os dias de vacinas, bem como encontros festivos e comemorativos. Além de ser a escola o centro de referência na formação para a cultura e preparação da juventude trabalhadora para prosseguir nos estudos e para o domínio das tecnologias de produção.

Outra limitação é a falta de políticas públicas de formação inicial e continuada para profissionais que atuam nas escolas do campo, bem como material pedagógico, laboratórios para pesquisa, quadras poliesportivas, bem como financia-

mento para projetos que objetivam apresentar alternativas para o homem do campo permanecer e viver da produção do campo.

A Secretaria de Estado de Educação reconhece que ainda é desafio "viabilizar, para todos os alunos, o acesso à ciência, cultura e tecnologia capacitando-os para a vida social e produtiva, sem render-se à seletividade" (MATO GROSSO, 2010, p. 70). Ou seja, o desafio é superar a dualidade, construindo uma proposta com concepção e conteúdos que oportunize os alunos reconhecer a realidade atual, bem como a interlocução entre teoria e prática, entre educação e trabalho, escola e vida social.

Para a Escola Estadual Cafenorte entre os desafios estão a efetivação das políticas públicas de formação inicial e continuada para os profissionais que atuam na escola do campo, bem como instalar, equipar e manter laboratórios de ciências da natureza, ciências humanas e sociais, de informática, de comunicação e linguagem e equipamento multimídia para as escolas do campo.

Percebe-se a preocupação de alguns dos profissionais da Escola com as dificuldades que os trabalhadores do Campo estão se submetendo/enfrentando para sobreviver de seu trabalho como meiro, motorista, vaqueiro e/ou pequeno proprietário. O que pode ser um bom começo, mas para que tenha êxito faz-se necessário comprometimento entre o projeto da Escola e o projeto da Comunidade, e estes com o projeto de Sociedade. Faz-se necessário que seja intensificada a relação com sindicato, pastorais, associação de produtores, diretorias comunitárias presentes na comunidade Café Norte, partido (s) político (s) comprometidos com a causa do trabalhador, bem como com as instituições públicas de caráter assistencial e financiadoras de projetos e programas para os trabalhadores do campo.



Constatamos com os questionários que existe certa fragilização nos processos de aprofundamento da base teórica que sustenta a integração. Ou seja, os profissionais bem como os alunos e os pais desconhecem os princípios da escola unitária, da formação politécnica e Omnilateral. Princípios estes que fundamentam a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e a Educação do Campo. A pesquisa permitiu identificar a ausência de políticas públicas de financiamento, de infraestrutura e de formação dos profissionais, limitaram a efetivação da proposta de Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio em Administração Rural, bem como o projeto de formação na perspectiva de Educação do Campo.

Para que o projeto da Educação do Campo na modalidade integrada na Escola Cafenorte se efetive, faz-se necessário superar algumas fragilidades, entre as quais destacamos: a) Grande rotatividade dos profissionais, principalmente do ensino médio profissionalizante; b) Falta de professores com formação específica para atuar na Educação do Campo e no Ensino Médio Integrado; c) Além da rotatividade do professor integralizador, faltam profissionais com formação e/ou que se disponibilizam a exercer tal atividade; d) A concepção de escola unitária, formação Omnilateral e escola humanista ainda é tabu para a escola em estudo; e) A participação da comunidade nas decisões e construção da proposta pedagógica e administrativa da escola ainda é muito restrita; f) Disciplinas como Reforma Agrária, Agroecologia e Socioeconomia Solidária ainda não fazem parte da matriz curricular do curso Educação Profissional em Administração Rural da escola; g) A participação dos alunos nas decisões da escola está restrita à representação no Conselho Consultivo e Deliberativo, pois, ainda não foi criado o Grêmio Estudantil e não identificamos registros em que os alunos tomaram a iniciativa de criar algum fato para discutir, encaminhar, sugerir, cobrar algo referente

a vida escolar e/ou a comunidade como um todo; h) A escola organiza a matriz curricular de modo que predomina a separação entre as disciplinas tanto entre as de base comum como as de base comum com a parte específica do profissionalizante.

Existe a possibilidade de construir outro projeto de educação/escola como contraponto ao projeto imposto pelo capital. Para isso faz-se necessário identificar, compreender que existem projetos antagônicos de educação/escola. Um projeto que limita, submete, pré-determinado, alheia aos interesses e demandas do trabalhador. Projeto este que hipoteca a vida do estudante, por meio de um currículo determinado pelas instâncias que não conversam com a comunidade escolar e seu entorno, imbricado por valores ocultos com o objetivo de perpetuar a segmentação social.

Outro projeto de educação/escola, sociedade, em construção, protagonizado pelos outros, os de baixo, que Arroyo (2014, p. 9), os nomeia como "os grupos sociais que se fazem presentes em ações afirmativas nos campos, nas florestas, nas cidades, questionando as políticas públicas, resistindo à segregação, exigindo direitos".

Vejo que a Formação Continuada dos Profissionais de Educação por meio do Projeto Sala de Educador é a grande oportunidade para realizar reflexões, problematizações, e efetivar estudos para conhecer os princípios da Escola do Trabalho de Pistrak, da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e da Educação do Campo, bem como os documentos oficiais que sustentam legalmente esta proposta que está em construção no Estado de Mato Grosso. Poderão ser estudados temas como: interdisciplinaridade; currículo integrado; escola humanista; avaliação processual e formativa; formação omnilateral e politécnica; escola unitária; cooperativismo; agroecologia; reforma agrária; e-



ducação do campo; movimentos sociais; economia solidária; juventude do campo; perspectivas econômicas para a juventude do campo. Ou seja, na formação continuada dos profissionais da educação poderão ser problematizados assuntos específicos para a Educação do Campo e para a Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, visto que estas especificidades não fizeram parte da matriz curricular da graduação dos profissionais que hoje protagonizam o projeto da Escola.

Percebo como forças e que podem ajudar a escola a prosseguir com o projeto de Educação do Campo da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, entre outros aspectos: a) Determinação da gestão, dos técnicos, dos alunos e alguns professores em fazer com que o projeto se efetive; b) A preocupação da comunidade escolar e seu entorno em oportunizar educação escolar no campo; c) A visão da gestão, do Conselho Deliberativo e Consultivo Escolar, bem como dos técnicos e alguns profissionais em incentivar a comunidade em lutar por melhorias na escola e na comunidade como um todo; d) A luta por transporte escolar dos alunos e dos profissionais, o comprometimento com a formação continuada, a valorização do espaço escolar como referência para a comunidade, o intercâmbio entre as unidades escolares do campo; e) O acesso a bibliografias que tratam da possibilidade de outro projeto de educação/escola que contrapõe o projeto do capital; f) A UNEMAT com o programa de graduação em Pedagogia do Campo e com o programa de Mestrado em Educação e Diversidade.

Concluimos que existe um comprometimento, uma vontade, uma luta de toda a comunidade escolar em construir um projeto de educação que prepare para o trabalho, para prosseguir nos estudos e para o exercício da cidadania, a partir de um currículo que integra formação geral e formação profissional, como contraponto

ao projeto hegemônico do capital. Ou seja, a escola objetiva preparar alunos para atender as demandas profissionais, bem como formar cidadãos com capacidade para posicionar-se frente à realidade atual e criar alternativas para que o projeto de reforma agrária, o cooperativismo e a socioeconomia solidária se efetivem, também, para os que pretendem viver da agricultura familiar.

Ou seja, existe uma escola no campo com estrutura para funcionar, com alunos, professores, gestores, técnicos com vontade e comprometidos, que estudam, trabalham, sonham, criam expectativas e torcem, lutam para sua efetivação. Por outro lado existe a inoperância de políticas públicas que por razões diversas não dão conta de acompanhar as expectativas, demandas da Escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. *Por uma Educação do Campo*. 5^o ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, M. G. *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*. 2^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*. Seção 1. Brasília, de 9 de setembro de 2012. p. 98.

FERREIRA, J. C. V. *Mato Grosso e Seus Municípios*. Editora Burity, Secretaria de Estado de Educação, Cuiabá, MT. 2001.

FREITAS, L. C. *Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática*. Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP (1994). Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000080153>. Acesso em 12/05/2016.



FREITAS, L. C. *Ciclos, Seriação e Avaliação: Confronto de Lógicas*. São Paulo: Moderna, 2003.

FREITAS, L. C. *Avaliação Educacional: Caminhando Pela Contramão*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MACHADO, I. F. *Organização do Trabalho Pedagógico em Uma Escola o MST e a Perspectiva de Formação Omnilateral. Campinas*. Editora RG, 2010.

MACHADO, I. F. *Um Projeto Político-Pedagógico para a Escola do Campo*. Disponível em: [tp://www.researchgate.net/publication/242199204_Um_projeto_politico_pedagogico_para_a_escola_do_campo](http://www.researchgate.net/publication/242199204_Um_projeto_politico_pedagogico_para_a_escola_do_campo). Acesso em 05/07/2015.

MATO GROSSO. *Orientações Curriculares: Concepções para a Educação Básica*. Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá: Defanti, 2010.

_____. Lei nº 8.806, de 10 de janeiro de 2008. Dispõe sobre o Plano Estadual de Educação 2006 – 2016 e dá outras providências. *Diário Oficial [do Estado do Mato]*. Cuiabá, de 10 de janeiro de 2008.

_____. Resolução nº 126/2003-CEE/MT. Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso. *Diário Oficial [do Estado do Mato]*. Cuiabá, de 12 de agosto de 2003.

MATO GROSSO. *Diretrizes Educacionais: Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, Secretaria de Estado de Educação, 2002.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. *A Pesquisa Qualitativa em Psicologia*. São Paulo, Moraes/Edu. Editora da PUC, 1989.

FRIGOTTO, G. *Qualidade e Quantidade da Educação Básica no Brasil: Concepções e Materialidade*. Rio de Janeiro: Texto impresso. 2012.

PERIPOLLI, O. J. *O Projeto Casulo: Um Estudo Sobre a Política Educacional dos*

Projetos de Colonização do Norte de Mato Grosso. Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

PISTRAK, M. M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. Daniel Arão Reis trad. São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda., 2000.

ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE. *Projeto Político Pedagógico*. Colíder, 2014a.

_____. *Projeto Horta Escolar*. Colíder, 2014b.

_____. *Projeto "Pneu em Ação"*. Colíder, 2014c.

_____. *Projeto Revitalização de Nascente: Clio D'água*. Colíder, 2014d.

ESCOLA ESTADUAL CAFENORTE. *Projeto Sala do Educador da Escola Cafenorte*. Colíder, 2014e.

_____. *Projeto do Curso Técnico em Administração Rural*. Colíder, 2009.

SOUZA, E. A. *O Poder na Fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no Norte de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

Recebido em: 01/06/2016

Aceito em: 25/06/2016